

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Companhia Aberta

CNPJ/MF 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

A Companhia, consoante o disposto no art. 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09 e com base no item 10 do Formulário de Referência, apresenta os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, conforme disposto a seguir:

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Seu capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, pelo menos, para os próximos doze meses.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem, quais sejam:

R\$ mil	2011	2010	2009
Dívida líquida	3.926.559	3.563.709	2.870.472
Patrimônio líquido	19.014.205	19.029.437	16.001.058
Nível de alavancagem	0,21	0,19	0,18

O endividamento líquido ao final dos exercícios de 2009, 2010 e 2011 era de R\$2.870 milhões, R\$3.564 milhões e, R\$3.927 milhões respectivamente. A relação entre dívida líquida e EBITDA era 3,1 vez em 31 de dezembro de 2011, 1,3 vez em 31 de dezembro de 2010 e 1,7 vez em 31 de dezembro de 2009.

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui uma confortável situação financeira frente aos compromissos financeiros assumidos. Em 31/12/2011, a Companhia possuía um caixa de R\$5,2 bilhões. Este montante em 31/12/2010 era de R\$4,6 bilhões e em 31/12/2009 era de R\$3,1 bilhões. Sua dívida apresenta um prazo médio de 4 anos em 2011 e 2010 e 6 anos em 2009 e apenas 13% está concentrada no curto prazo em 2011, sendo 11% no ano de 2010 e 14% em 2009. Os vencimentos estão bem distribuídos ao longo dos anos, não havendo grandes concentrações de vencimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui uma política de manutenção de um caixa mínimo para assegurar um nível confortável de liquidez. Os financiamentos são contratados tendo em vista um plano de investimentos a ser feito nos anos seguintes. Essa política conservadora visa evitar necessidades urgentes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, uma vez que tais operações são contratadas com confortável antecedência, visando a aproveitar os melhores momentos do mercado.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item acima, a política da Companhia é a manutenção de um nível de caixa confortável, associados a um perfil de vencimentos adequado e a contratação de financiamentos de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia possui uma linha de crédito rotativa com o BNDES no valor de R\$2.018 milhões.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31/12/2011, o Conglomerado Usiminas possuía as seguintes operações de financiamentos relevantes:

- 1) Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES no valor de R\$493 milhões com a finalidade de financiar a construção do Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão.
- 2) Limite de Crédito da Usiminas com o BNDES no valor de R\$900 milhões, com a finalidade de enquadramento nos projetos diversos em Ipatinga e Cubatão.
- 3) Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES no valor de R\$318,5 milhões (sendo que R\$ 253 milhões já foram utilizados) disponível para saque até 2013 com a finalidade de financiar a construção do Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão.
- 4) Limite de Crédito da Usiminas com o BNDES no valor de R\$2.018 milhões (sendo que R\$ 266,7 milhões já foram utilizados), disponível para saque até 2016 com a finalidade de enquadramento nos projetos diversos em Ipatinga, Cubatão e nas subsidiárias.
- 5) Contrato de empréstimo da Usiminas com o KfW no valor de EUR23,6 milhões com vencimento em 2012, para financiamento de equipamentos do lingotamento contínuo nº 4 e linha de inspeção nº 2.

- 6) Contrato de empréstimo da Usiminas com o KfW no valor de EUR33,2 milhões com vencimento em 2012, para financiamento de equipamentos do lingotamento contínuo nº 4 e linha de inspeção nº 2.
- 7) Contrato de empréstimo da Usiminas com o KfW no valor de EUR27,8 milhões com vencimento em 2015, que tem a finalidade de financiar a construção do Lingotamento Contínuo de Cubatão.
- 8) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$100 milhões com vencimento em 2016, para financiamento da construção da Central termelétrica de Ipatinga.
- 9) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$240 milhões com vencimento em 2017, para financiamento da construção da Coqueria de Ipatinga.
- 10) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$550 milhões com vencimento em 2018, com objetivo de financiar a construção do Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão.
- 11) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$120 milhões com vencimento em 2021, disponível para saque, com objetivo de financiar a construção do Laminador de Chapas Grossas.
- 12) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o BNP Paribas no valor de US\$40 milhões com vencimento em 2012, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 13) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o BAWAG PSK no valor de US\$144,3 milhões com vencimento em 2012, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 14) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o Credit Suisse no valor de US\$70 milhões com vencimento em 2014, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 15) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com um "pool" de bancos no valor de US\$150 milhões com vencimento em 2013, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 16) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com um sindicato de bancos no valor de US\$600 milhões com vencimento em 2015, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 17) Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil no valor de R\$300 milhões com vencimento em 2013, para capital de giro.
- 18) Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil no valor de R\$1 bilhão com vencimento em 2018, para capital de giro.
- 19) Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil no valor de R\$1 bilhão com vencimento em 2015, para capital de giro.
- 20) Nota de Crédito de Industrial com o Banco do Brasil no valor de R\$400 milhões com vencimento em 2016, para capital de giro.
- 21) Emissão de Eurobonds através da subsidiária Cosipa Commercial no valor de US\$200 milhões com vencimento em 2016, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia.
- 22) Emissão de Eurobonds através da subsidiária Usiminas Commercial no valor de US\$400 milhões, vencimento em 2018, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia.
- 23) Emissão de debêntures da Usiminas no valor de R\$500 milhões com vencimento em 2013, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia.

24) Contrato de empréstimo da subsidiária Unigal com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$140 milhões com vencimento em 2018, para financiar a construção da linha nº 2 de HDG da Unigal.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31/12/2011, a Companhia possui uma linha de crédito rotativo no valor de US\$750 milhões com um "pool" de bancos que está disponível para saque até 2016.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31/12/2011, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$500 milhões com vencimento em 2013, conforme item nº 23 relacionado no subitem f.i acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Nos contratos financeiros, as restrições impostas à Companhia são as seguintes:

- limitação de alienação de ativos permanentes em relação ao valor do ativo permanente consolidado; relacionados aos contratos dos itens 8,9,10,11,12,15,16 e 24, descritos no subitem f.i acima.
- limitação de alienação de recebíveis provenientes de exportações em relação ao valor da receita líquida de exportação; relacionados aos contratos dos itens 8,9,10,11,15,16 e 24 descritos no subitem f.i acima.
- limitação da Dívida Total em relação ao EBITDA; relacionados aos contratos dos itens 8,9,10 e 24, descritos no subitem f.i acima.
- limitação da Dívida Total em relação a Dívida Total somada ao Patrimônio Líquido; relacionados aos contratos dos itens 8,9,10,12 e 24, descritos no subitem f.i acima.
- limitação da Dívida Líquida em relação ao EBITDA; relacionados aos contratos dos itens 1,2,3,4,11,12,15,16,17,18,19,20, e 23, descritos no subitem f.i acima.
- limitação das despesas de juros em relação ao EBITDA; relacionados aos contratos dos itens 8,9,10,11,12,15,16,23 e 24, descritos no subitem f.i acima.
- restrições a alterações no controle acionário; relacionados aos contratos dos itens 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,21,22,23 e 24 descritos no subitem f.i acima.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31/12/2011, a companhia ainda possuía o montante de R\$481,2 milhões e US\$120 milhões em linhas de créditos disponíveis com instituições financeiras para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário, detalhadas conforme abaixo:

- Limite de Crédito da Usiminas com o BNDES: R\$416,3 milhões a desembolsar, conforme item nº 2 do subitem f.i acima.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES no valor de R\$318,5 milhões: R\$64,9 milhões a desembolsar, conforme item nº 1 do subitem f.i acima.

- Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$120 milhões: US\$120 milhões a desembolsar, conforme item nº 8 do subitem f.i acima.

Além dos contratos acima a Companhia possui uma linha de crédito rotativo de US\$750 milhões disponível para saque até 2016.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas nas demonstrações financeiras foram comentadas no item 10.2. abaixo.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Usiminas é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas, galvanizados, entre outros. A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes de transformação do aço, bens de capital e mineração.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Ao final do exercício de 2011, o lucro e a geração de caixa da Companhia foram significativamente afetados principalmente pelo menor volume de vendas da siderurgia e pela continuidade da pressão dos custos das principais matérias-primas. Mesmo diante de um cenário desafiador, a Companhia mantém a visão de que o ano de 2012 será de recuperação para o setor siderúrgico. A expectativa é de que a economia contará com a retomada mais forte dos investimentos industriais, principalmente em infraestrutura, além da sustentação do bom ritmo de consumo visto nos dois últimos anos. Estimativas internas indicam que o consumo de aços planos no Brasil atingirá 13,2 milhões de toneladas, com acréscimo superior a 550 mil toneladas frente ao patamar de 2011. Em 2012, a parcela referente às vendas das usinas locais deve apresentar maior dinamismo, enquanto as importações poderão recuar de uma média de 158 mil toneladas/mês para 131 mil toneladas/mês, o equivalente a 12% do consumo, frente a 15% em 2011 e 23% em 2010.

No ano de 2011 a receita líquida consolidada alcançou R\$11,9 bilhões, 8,2% inferior a de 2010 que teve o montante de R\$13,0 bilhões, decorrente principalmente do menor volume vendido. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2010 em 6,4%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2010 em 15,8%.

Em 2010 quando comparado com 2009, a receita líquida foi superior a de 2009 em 19%, passando de R\$10,9 bilhões em 2009 para R\$13,0 bilhões em 2010, em decorrência, principalmente, do maior volume vendido e acréscimo nos preços médios praticados no período. A receita líquida no mercado interno foi 21,17% superior à de 2009, e no mercado externo o desempenho também foi positivo, em 6,14%.

No mercado interno, os produtos que se destacaram na geração de receita tanto no ano de 2011 quanto no ano de 2010 foram os laminados a quente e laminados a frio e as chapas grossas. No mercado externo, nestes mesmos períodos os segmentos que apresentaram crescimento da receita foram o de chapas grossas e o de laminados.

b) *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

No acumulado de 2011, as vendas físicas totalizaram 5,9 milhões de toneladas, 10,6% inferior ao volume vendido em 2010 que foi de 6,6 milhões de toneladas. O mix de destino das vendas situou-se em 82% no mercado interno e 18% destinados ao mercado externo que corresponde a 1,0 milhão de toneladas, 41,2% inferior às exportações de 2010.

Em 2010, as vendas físicas foram 17% acima das vendas de 2009. O mix de destino das vendas situou-se em 75% ao mercado interno e, ao mercado externo, foram destinados 25% das vendas, atingindo o volume de 1,7 milhão de toneladas, 4% superior ao das exportações de 2009, destacando-se China e América Latina como os principais mercados.

Distribuição de Vendas por Produto - Consolidado

Mil toneladas	4T11		3T11		4T10		Var. 4T11/ 3T11	2011		2010		Var. 2011/ 2010
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	1.340	100%	1.406	100%	1.579	100%	-5%	5.916	100%	6.565	100%	-10%
Chapas Grossas	312	23%	359	26%	383	24%	-13%	1.491	25%	1.444	22%	3%
Laminados a Quente	409	30%	382	30%	432	27%	7%	1.738	29%	2.008	31%	-13%
Laminados a Frio	298	22%	310	27%	444	28%	-4%	1.474	25%	1.781	27%	-17%
Eletro galvanizados	49	4%	54	4%	53	3%	-9%	211	4%	227	3%	-7%
Galvanizados Imersão a Quente	140	10%	113	8%	105	7%	24%	500	8%	449	7%	11%
Produtos Processados	39	3%	37	2%	45	3%	5%	147	2%	152	2%	-4%
Placas	93	8%	150	3%	118	7%	-38%	355	6%	504	8%	-30%

O preço médio por tonelada de laminado em 2011 ficou estável quando comparado com 2010, que foi superior em cerca de 1% quando comparado com o ano de 2009, passando de R\$1.716 para R\$1.729.

Receita Líquida por Tonelada

RS / ton.	2011	2010	2009
Chapas Grossas	1.713	1.628	1.882
Laminados a Quente	1.552	1.630	1.613
Laminados a Frio	1.768	1.818	1.738
Eletro galvanizados	2.477	2.512	2.246
Galvanizados Imersão a quente	2.382	2.565	2.404
Produtos Processados	2.491	2.669	2.363
Placas	857	738	738
Total Geral	1.729	1.729	1.716

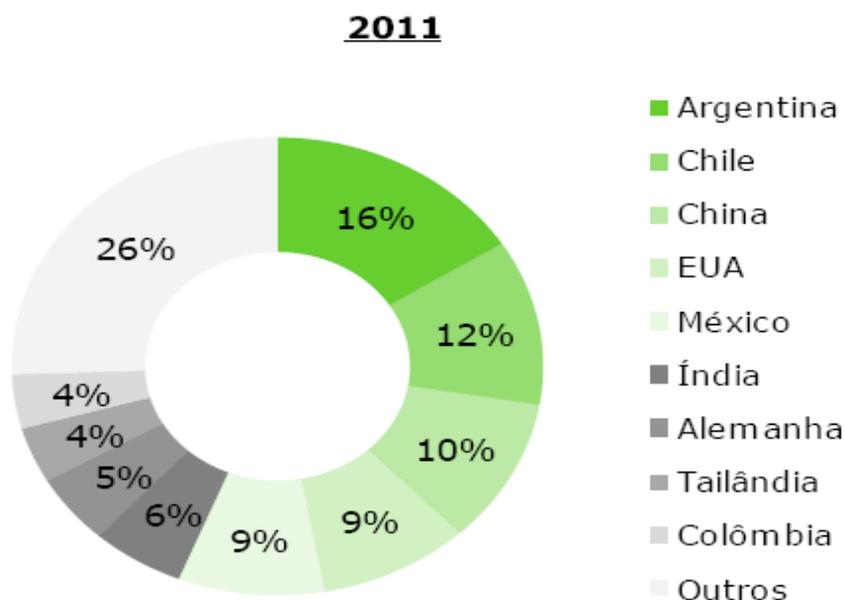
Mercado Interno

Em 2011 houve uma redução de 1% nas vendas no mercado interno quando comparado com 2010, que teve um aumento de 22% em relação a 2009.

Mercado Externo

As exportações corresponderam a 18% das vendas físicas, atingindo o volume de 1,0 milhão de toneladas, 41,2% inferior às exportações de 2010, que corresponderam a 25% das vendas físicas, atingindo o volume de 1,7 milhão de toneladas, sendo 4% superior ao das exportações de 2009.

Os principais destinos das exportações em 2011 foram:



Com o objetivo de minimizar o risco referente aos preços dos seus produtos, a Companhia também utiliza a contratação de proteções que garantem a taxa nas operações de compra e venda de moeda estrangeira (operações de Non Derivable Fowards - NDF). A contratação de operações de NDF busca a proteção econômica de exportações e importações nos fluxos da Companhia. No exterior, as operações de NDF são amparadas por contratos da ISDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a desvalorização do real frente ao dólar acumulou 12,6%, enquanto em 2010 esta desvalorização foi de 4,3%, contrastando com a valorização da ordem de 25,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O CPV acumulado do exercício de 2011 foi de R\$10,6 bilhões, ligeiramente maior que no ano de 2010 que foi de R\$ 10,4 bilhões. Embora o volume vendido tenha sido inferior não houve redução dos custos, pois houve acréscimos nos preços das matérias primas, energia e impactos na mão de obra decorrentes dos acordos coletivos.

Em 2010 o CPV acumulado foi 11% acima do CPV do exercício anterior, resultado este, basicamente, explicado pelo crescimento do volume de vendas em 934 mil toneladas de produtos siderúrgicos, pela elevação dos custos de matérias primas e maiores gastos com serviços de terceiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas operacionais consolidadas foram de R\$668,3 milhões, superiores em 6,4% quando comparadas ao mesmo período de 2010, basicamente em função do reconhecimento de provisão para devedores duvidosos e menores ganhos com reversão de contingências judiciais.

Em 2010, quando comparado com o ano de 2009, houve uma elevação das despesas operacionais em cerca de R\$151,4 milhões, ou 32%, passando de R\$477,0 em 2009 para R\$628,4 milhões em 2010, basicamente pelo aumento das despesas com o custo de distribuição dos produtos, em razão do maior volume exportado e de maiores gastos com pessoal e com encargos sociais. Estes aumentos foram parcialmente compensados pelo maior superávit atuarial e reversão de contingências e recuperação de impostos.

O resultado financeiro líquido consolidado apresentou uma despesa de R\$50,0 milhões no ano de 2011, contra uma receita de R\$13,2 milhões em 2010, basicamente em função dos efeitos cambiais decorrentes da desvalorização de 12,6% do real frente ao dólar norte-americano em 2011.

Na análise de 2010, o resultado financeiro líquido alcançou R\$13,2 milhões, contrastando com as receitas financeiras substancialmente maiores de 2009, no valor de R\$609 milhões. Este resultado é explicado pelos efeitos cambiais decorrentes da valorização do real frente ao dólar norte-americano, que alcançaram em 2009 o montante de R\$967 milhões, enquanto que em 2010 foram somente de R\$189 milhões.

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir seus custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de swap e Non Deliverable Forwards (NDF) e ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Ativos em moeda estrangeira						
Caixa e equivalentes de caixa	85.588	152.897	43.317	107.213	175.166	43.940
Títulos e valores mobiliários	124.396	202.011	209.619	2.289.383	362.664	351.714
Contas a receber – clientes mercado externo e empresas ligadas	231.694	340.234	352.503	244.855	306.438	299.329
Depósitos em garantia					86.589	87.823
Adiantamentos a fornecedores	87.860	419.698	266.683	87.860	438.458	266.687
Instrumentos financeiros derivativos(i)	374.753	266.099	126.911	(125.403)	(129.029)	(92.591)
Investimentos (ii)	2.207.535	1.835.738	1.800.376		1.648.672	1.543.026
	3.111.826	3.216.677	2.799.409	2.603.908	2.888.958	2.499.928

Passivos em moeda estrangeira

Empréstimos e financiamentos	(4.547.737)	(4.333.611)	(3.720.974)	(4.248.216)	(4.052.973)	(3.511.445)
Fornecedores	(606.751)	(303.800)	(10.105)	(617.061)	(313.918)	(38.995)
Adiantamento de clientes	(2.998)	(2.998)	(29.750)	(4.805)	(6.327)	(33.044)
Contas a pagar	<u>(5.172)</u>	<u>(52.719)</u>	<u>(35.744)</u>	<u>(543.965)</u>	<u>(265)</u>	<u>(94.369)</u>
	<u>(5.162.658)</u>	<u>(4.693.128)</u>	<u>(3.796.573)</u>	<u>(5.414.047)</u>	<u>(4.373.483)</u>	<u>(3.677.853)</u>
Exposição líquida	<u>(2.050.832)</u>	<u>(1.476.451)</u>	<u>(997.164)</u>	<u>(2.810.139)</u>	<u>(1.484.525)</u>	<u>(1.177.925)</u>

(i) Resultado líquido das operações de swap. Os contratos de swap da Companhia no Brasil são amparados pelo instrumento Contrato Geral de Derivativos (CGD) e registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). No exterior, são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA).

(ii) No Consolidado, em 31 de dezembro de 2010, refere-se a investimento na Ternium S.A. ("Ternium").

Em conjunto com a posição líquida de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011, anteriormente demonstrada, deve-se considerar o saldo líquido, previsto para o ano de 2012, entre as contas de exportação e importação. Cerca de 18% da receita líquida das Empresas Usiminas resultam das vendas ao mercado externo. Desta forma, a Companhia possui um hedge natural, de uma fonte estável em moeda forte, que representou cerca de US\$707.488 mil (R\$1.327.106) no exercício de 2011.

Em 2010 cerca de 17% da receita líquida das Empresas Usiminas resultaram das vendas ao mercado externo, que representou cerca de US\$1.272 milhões no exercício de 2010.

Os ativos das Empresas Usiminas não são, substancialmente, impactadas por mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem as Empresas Usiminas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem as Empresas Usiminas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

Durante os anos de 2011, 2010 e 2009, os empréstimos das Empresas Usiminas, às taxas variáveis, eram em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2009		31/12/2011		31/12/2010		31/12/2009	
	1	%	1	%	1	%	1	%	1	%	1	%
Empréstimos e Financiamentos												
Pré-fixada	1.686.101	19	1.571.456	20	1.312.425	23	1.282.411	14	1.245.006	16	1.130.632	21
TJLP	1.057.603	12	486.839	6	513.151	9	1.120.181	13	568.126	7	601.696	11
Libor	2.798.469	31	2.808.178	36	2.323.376	41	2.966.956	34	2.868.025	37	2.297.605	41
CDI	2.789.071	31	2.354.733	30	259.562	5	2.823.255	32	2.392.371	31	301.359	5
Outras	81.151	1	117.116	1	87.844	2	45.420	1	121.156	2	87.844	2
	<u>8.412.395</u>	<u>94</u>	<u>7.338.322</u>	<u>93</u>	<u>4.496.358</u>	<u>80</u>	<u>8.238.223</u>	<u>94</u>	<u>7.194.684</u>	<u>93</u>	<u>4.419.136</u>	<u>80</u>
Debêntures												
CDI	<u>524.419</u>	<u>6</u>	<u>522.416</u>	<u>7</u>	<u>1.118.669</u>	<u>20</u>	<u>524.419</u>	<u>6</u>	<u>522.416</u>	<u>7</u>	<u>1.118.669</u>	<u>20</u>
	<u>8.936.814</u>	<u>100</u>	<u>7.860.738</u>	<u>100</u>	<u>5.615.027</u>	<u>100</u>	<u>8.762.642</u>	<u>100</u>	<u>7.717.100</u>	<u>100</u>	<u>5.537.805</u>	<u>100</u>

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos ISDAs e, quando as operações são contratadas localmente, essas são amparadas por contratos CGDs.

Em 2011, 2010 e 2009, os juros sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$ 356 milhões, R\$ 313 milhões, e R\$298 milhões respectivamente. A variação dos juros neste anos foram principalmente em função das novas captações de recursos, com conseqüente aumento do endividamento. As taxas de juros contratadas não tiveram variação significativa no período.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2011 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais.

Em 2010 a companhia desvinculou de suas atividades a área de mineração, e formalizou joint venture com a Sumitomo Corporation ("Sumitomo"), objeto do Fato Relevante de 28/12/10. Assim, a Companhia agrega valor ao eixo de negócio "Mineração e Logística" ao trazer um sócio estratégico, com reconhecida expertise na comercialização de minério de ferro e conhecimento do mercado internacional. A Sumitomo passa a deter uma participação equivalente a 30% do capital votante e total da Mineração Usiminas S.A ("MUSA"), controlada pela Usiminas, que permanecerá majoritária, com 70%. Esta transação faz parte da estratégia definida pela Usiminas na verticalização de suas operações, visando maior competitividade e geração de valor aos acionistas. O valor total do aporte pela Sumitomo foi de US\$ 1,26 bilhão, equivalente a aproximadamente R\$2,14 bilhões, diretamente no caixa da MUSA. A Sumitomo obrigou-se ainda a pagar à MUSA um valor adicional de até US\$674 milhões, condicionado à

ocorrência de eventos futuros. O efeito contábil na Usiminas correspondeu a um ganho de aproximadamente R\$890 milhões, e se deu via Patrimônio Líquido, como “transação de capital”. As minas de minério de ferro da Usiminas adquiridas em 2008, têm hoje uma capacidade de produção de 7,0 milhões de toneladas/ano, o dobro daquela do momento de sua aquisição. Os recursos oriundos dessa transação serão utilizados segundo o Plano de Expansão da Capacidade da MUSA, que prevê a produção de 29 milhões de toneladas em 2015. Os investimentos previstos totalizam R\$4,1 bilhões em projetos de instalações industriais, equipamentos, barragens, terminais de embarque, etc. Em reunião realizada em 12/11/2010, o Conselho de Administração da Usiminas aprovou investimentos na MUSA no montante de R\$550 milhões, referentes à primeira etapa do Plano de Expansão. Esse investimento permitirá a Companhia alcançar já no segundo semestre de 2012, a capacidade produtiva de 12 milhões de toneladas anuais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Aquisição da Mineração Ouro Negro.

Em 25 de novembro de 2011, a controlada Mineração Usiminas S/A adquiriu a totalidade das ações da empresa Mineração Ouro Negro, detentora de recursos minerários da ordem de 205 milhões de toneladas de minério de ferro.

ii. Venda de ações de emissão da Ternium S.A.

Em 21 de fevereiro de 2011, foi concluída a oferta pública de 21.628.728 American Depositary Shares (“ADSs”) representativas de ações da Ternium S.A. (“Ternium”) (NYSE: TX) detidas pela subsidiária integral da Companhia, Usiminas Europa A/S (“Usiminas Europa”). Com a conclusão da oferta pública e da operação de venda das ações da Ternium, a Usiminas não mais detém qualquer participação acionária naquela companhia.

iii. Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A.

Em 2010, alinhado ao seu plano estratégico de agregar valor aos seus produtos e aos seus eixos de negócios, a Usiminas celebrou um Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A., estabelecendo as bases para a subscrição, pela Usiminas, de ações de emissão das Companhias Codeme Engenharia S.A. e Metform S.A. (“Companhias”), conferindo à Usiminas a participação equivalente a 30,7692% do capital de cada uma das Companhias. Fato Relevante acerca desse novo investimento foi divulgado pela empresa e amplia a participação da Usiminas de forma significativa no mercado de construção civil.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há.

10.4 Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para o ano de 2011, não tiveram novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo desde 1º de janeiro de 2011 que impactem significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Para os anos de 2010 e 2009 tiveram as seguintes mudanças:

Adoção dos CPCs pela primeira vez

Base da transição

As demonstrações financeiras consolidadas das Empresas Usiminas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os IFRS. As referidas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS estão disponibilizadas no website de Relações com Investidores na seção informações financeiras – demonstrações financeiras e foram arquivadas na CVM.

(1) Aplicação dos CPCs 37 e 43

Considerando que as primeiras demonstrações financeiras em IFRS das Empresas Usiminas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nas demonstrações financeiras individuais da Controladora e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram mantidas as mesmas políticas contábeis adotadas naquelas demonstrações financeiras. Nesse sentido, foram assumidos os números consolidados cuja data de transição é 1º de janeiro de 2008 e seu correspondente impacto nas demonstrações financeiras individuais da Controladora.

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais da Controladora foram mantidas, sempre que aplicáveis, as mesmas isenções de aplicação retrospectivas completas escolhidas pela Companhia e as exceções de aplicação retrospectivas seguidas pela Companhia quando da elaboração das primeiras demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. As referidas isenções e exceções foram devidamente apresentadas nas primeiras demonstrações anuais em conformidade com os IFRS acima descritas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais da Controladora. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

(2) Reapresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS – mudança de política contábil

Não obstante a adoção do IFRS em 31 de dezembro de 2009, a administração decidiu mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em 2010 os quais eram reconhecidos pelo método do "corredor" passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 e IAS 19.

Como apresentado nos quadros a seguir, as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2009, originalmente apresentadas em 28 de julho de 2010, foram ajustadas e reapresentadas como previsto no CPC 23 - " Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro ", em virtude da mudança de política contábil acima mencionada.

	Consolidado		
	31/12/2009		
	Original	Ajustes e reclassificações	Refeito
Balço patrimonial			
Ativo			
Ativo circulante	9.239.835		9.239.835
Ativo não circulante	16.614.306	86.789	16.701.095
	<u>25.854.141</u>	<u>86.789</u>	<u>25.940.930</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	3.036.027		3.036.027
Passivo não circulante	6.648.585	255.260	6.903.845
Patrimônio líquido	15.814.123	(168.471)	15.645.652
Participação dos não controladores	355.406		355.406
	<u>25.854.141</u>	<u>86.789</u>	<u>25.940.930</u>
Lucro líquido do exercício			
Atribuível a acionistas da controladora	1.236.101	36.925	1.273.026
Participação dos acionistas não-controladores	2.429		2.429
	<u>1.238.530</u>	<u>36.925</u>	<u>1.275.455</u>

Os ajustes realizados podem ser assim sumariados:

	Patrimônio líquido		Resultado
	2009	2008	2009
Ganhos e perdas atuariais	(255.260)	(381.532)	55.948
IRPJ e CSSL sobre ganhos e perdas atuariais	86.789	129.721	(19.023)
	<u>(168.471)</u>	<u>(251.811)</u>	<u>36.925</u>

Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

(1) Lucros não realizados

De acordo com o BR GAAP antigo, não eram ajustados nas demonstrações financeiras individuais da controladora os lucros não realizados decorrentes de vendas efetuadas para suas controladas e coligadas. De acordo com as novas políticas contábeis os lucros não realizados decorrentes dessas transações devem ser eliminados pela controladora. Os lucros não realizados existentes em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 nos montantes de R\$81.765 e R\$41.277, respectivamente, foram ajustados à conta de lucros acumulados. Em decorrência deste ajuste houve também um aumento no custo das vendas em R\$110.582, em 31 de dezembro de 2009.

(2) Imobilizado - hiperinflação 1996 e 1997

As Empresas Usiminas optaram por manter o custo de aquisição, como custo atribuído na data de transição para o IFRS, 1º de janeiro de 2008, tendo aplicado o IAS 29 – Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária” para o período em que a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiper-inflacionária.

A contabilização de economia hiper-inflacionária, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiper-inflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiper-inflacionária nos exercícios de 1996 e 1997. O efeito do reconhecimento, nas demonstrações

individuais da controladora, desses dois períodos adicionais reflete um aumento no imobilizado no montante de R\$213.135 e de R\$384.907 em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente. Em decorrência deste ajuste de imobilizado houve também um aumento da depreciação no montante de R\$41.994 em 31 de dezembro de 2009.

A Administração entende que, em conformidade com Deliberação CVM 651/2010, a manutenção dos valores atribuídos ao ativo imobilizado nas demonstrações financeiras individuais tem o objetivo de refletir os mesmos valores de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos do ativo imobilizado representam adequadamente os custos históricos dos ativos imobilizados das empresas, considerando o padrão de consumo e políticas de manutenção e substituição das empresas Usiminas. O exposto acima atende ao Item III da Deliberação CVM 647/2010.

(3) Ágio

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e não reprocessou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2008, data de transição. Nesse sentido, o ágio proveniente dos processos de combinação de negócios foram mantidos pelos saldos líquidos apurados na data de transição.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o ágio foi amortizado por um prazo correspondente a estimativa de sua recuperação econômica até 31 de dezembro de 2008. A amortização referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, ajustada nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, foi de R\$100.289. Conforme requerido pelo CPC 43(R1), a Companhia transpôs esse ajuste para as demonstrações financeiras individuais da controladora ajustando o saldo de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009.

(4) Imposto e contribuição social diferidos

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido passivo nos ajustes necessários para a transição para os CPCs e totalizavam R\$31.219 em 1º de janeiro de 2009 e R\$108.473 em 31 de dezembro de 2009 e uma receita de R\$14.088 no resultado de 2009.

(5) Juros sobre capital próprios e dividendos

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados. De acordo com as novas políticas contábeis, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, é reconhecido quando declarado. O montante de R\$233.844 refere-se aos dividendos reconhecidos acima dos dividendos mínimos obrigatórios declarados após 1º de janeiro de 2009. Da mesma forma, o montante de R\$72.367 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(6) Ajuste do passivo atuarial

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS 1. Não obstante a essa opção, conforme descrito no item 44.1 acima, em 2010, a administração decidiu mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais os quais eram

reconhecidos pelo método do “corredor” passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 e IAS 19.

O efeito do reconhecimento, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, da adoção do CPC 33 considerando a política contábil acima descrita, reflete uma redução nos lucros acumulados no montante de R\$11.915 e de (R\$3.318) em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente. Em decorrência deste ajuste houve também um impacto de R\$58.205 no resultado em 31 de dezembro de 2009 (despesa).

(7) Reclassificações

A classificação de alguns itens do balanço com base nas políticas contábeis novas difere do BR GAAP antigo. As reclassificações podem ser assim resumidas:

- Conforme o BR GAAP antigo, os impostos de renda diferidos não eram compensados e os ativos circulante e não circulantes apresentados separadamente dos passivos circulante e não circulantes. Para fins de IFRS, os impostos diferidos ativos e passivos são compensados entre si e classificados como não circulantes sempre que houver o direito legal de compensação.
- Os custos de ociosidade foram alocados no BR GAAP antigo como outras despesas operacionais e foram reclassificados com base nas políticas contábeis novas para custo das vendas em linha com as regras do CPC 16(R1).
- O valor justo das operações de NDF e swap de preço de commodities classificados como resultado financeiro no BR GAAP antigo foi reclassificado para outras (despesas) receitas operacionais e para custo das vendas, respectivamente.
- Conforme o BR GAAP antigo, os benefícios de aposentadoria eram segregados entre passivo circulante e não circulante, porém com base nas políticas contábeis novas os mesmos foram reclassificados para não circulante.

(8) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação e pelo ajuste decorrente da aplicação do IAS 29, cujo reconhecimento foi contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial, todos os demais ajustes foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As conciliações demonstradas no item seguinte apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009.
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009.
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(9) Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa apresentado no BR GAAP antigo é similar ao fluxo de caixa apresentado com base nas novas políticas contábeis exceto pelas principais diferenças que podem ser assim resumidas:

- Ajuste no lucro líquido no valor de R\$30.066 (despesa) em 31 de dezembro de 2009.

- Depreciação e amortização no valor de R\$41.994 mil em 31 de dezembro de 2009.
- Efeitos de imposto e contribuição social diferidos sobre os ajustes citados acima no valor de R\$14.088 em 31 de dezembro de 2009.

Normas e alterações de normas adotadas pelas Empresas Usiminas

As seguintes normas são requeridas para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2010:

- IAS 27 (Revisado), "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas". A norma revisada exige que os efeitos de todas as transações com participações minoritárias sejam registradas no patrimônio se não houver nenhuma mudança no controle, e essas transações não mais resultarão em ágio ou ganhos e perdas. A norma também especifica a contabilização quando o controle é perdido. Qualquer participação remanescente na entidade é mensurada novamente ao valor justo, e um ganho ou perda é reconhecido em lucro ou prejuízo. As Empresas Usiminas aplicaram o IAS 27 (revisado) para transações com participações minoritárias a partir de 1º de janeiro de 2010.
- IFRS 3 (Revisado), "Combinações de negócios" e conseqüentes alterações no IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", no IAS 28 "Investimento em Controlada e Coligada" e no IAS 31 "Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto"; são efetivos prospectivamente para operações de combinações de negócios iniciadas ou após 1º de julho de 2009. A norma revisada continua a aplicar o método de aquisição às combinações de negócios comparada com o IFRS 3. Por exemplo, todos os pagamentos para a compra de uma Companhia serão registrados ao valor justo na data de aquisição, com pagamentos contingentes classificados como dívida e posteriormente remensurada por meio da demonstração do resultado. Há uma escolha de aquisição por aquisição para mensurar a participação minoritária no adquirente ao valor justo ou à participação proporcional da participação minoritária dos ativos líquidos do adquirente. Todos os custos relativos à aquisição devem ser contabilizados como despesa. O IFRS 3 (revisado) é aplicado para todas as combinações de negócios das Empresas Usiminas a partir de 1º de janeiro de 2010.

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelas Empresas Usiminas:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis das Empresas Usiminas iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte das Empresas Usiminas.

(i) IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. Todavia, não houve adoção antecipada dessa norma.

A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9, mas entende que não trará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras e de suas controladas.

(ii) IAS 24 (Revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida, todavia não houve adoção antecipada dessa norma. Os efeitos dessa norma são de divulgação e não trarão impactos nos números das Empresas

Usiminas.

(iii) "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". As Empresas Usiminas aplicarão a norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2011.

(iv) O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. As Empresas Usiminas aplicarão a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(v) "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provisão de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. As Empresas Usiminas aplicarão essas alterações no período de apresentação das demonstrações financeiras que iniciará em 1º de janeiro de 2011.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conciliação do patrimônio líquido da controladora em 1º de janeiro de 2009

	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)			
	De acordo com BR GAAP antigo	Lucro nos estoques	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio	Imposto de renda e contribuição social	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuarial	Reclas-sificação	Efeito total	Nova política contábil
Ativo										
<u>Circulante</u>										
Caixa e equivalentes de caixa	1.679.934									1.679.934
Títulos e valores mobiliários	891.234									891.234
Contas a receber	738.583									738.583
Estoques	2.702.962									2.702.962
Impostos a recuperar	345.661									345.661
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.476							(42.476)	(42.476)	
Dividendos a receber	441.963									441.963
Adiantamento a fornecedores	26.053									26.053
Demais contas a receber	184.227									184.227
	7.053.093							(42.476)	(42.476)	7.010.617
<u>Não circulante</u>										
Imposto de renda e contribuição social diferidos	475.316				(31.219)			(74.941)	(106.160)	369.156
Valores a receber de empresas ligadas	65.068									65.068
Depósitos judiciais	158.006									158.006
Instrumentos financeiros derivativos	18.233									18.233
Impostos a recuperar	70.195									70.195
Demais contas a receber	34.940									34.940
Investimentos em coligadas	9.319.595	(123.886)	224.026	100.289	(73.570)		(11.915)		114.944	9.434.539
Imobilizado	4.476.347		213.135						213.135	4.689.482
Intangível	1.477.192									1.477.192
	16.094.892	(123.886)	437.161	100.289	(104.789)		(11.915)	(74.941)	221.919	16.316.811
Total do ativo	23.147.985	(123.886)	437.161	100.289	(104.789)		(11.915)	(117.417)	179.443	23.327.428

	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)			
	De acordo com BR GAAP antigo	Lucro nos estoques	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio	Imposto de renda e contribuição social	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuarial	Reclas-sificação	Efeito total	Nova política contábil
Passivo										
<u>Circulante</u>										
Fornecedores, empreiteiros e fretes	591.506									591.506
Empréstimos e financiamentos e debêntures	290.034									290.034
Adiantamento de clientes	14.923									14.923
Valores a pagar a empresas ligadas	207.056									207.056
Salários e encargos Sociais	107.940									107.940
Tributos a recolher	64.726									64.726
Imposto de renda e contribuição social	63.346							(63.346)	(63.346)	
Dividendos e JSCP a pagar	611.557					(233.844)			(233.844)	377.713
Instrumentos financeiros derivativos	22.838									22.838
Passivo atuarial	84.426						(84.426)		(84.426)	
Demais contas a pagar	138.097									138.097
	2.196.449					(233.844)	(84.426)	(63.346)	(381.616)	1.814.833
<u>Não circulante</u>										
Empréstimos e financiamentos e debêntures	4.328.108									4.328.108
Tributos parcelados	87.891									87.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.071							(54.071)	(54.071)	
Provisão para contingências	302.371									302.371
Provisão para recuperação ambiental	76.800									76.800
Passivo atuarial	946.263						84.426		84.426	1.030.689
Demais contas a pagar	45.324									45.324
	5.840.828						84.426	(54.071)	30.355	5.871.183
<u>Patrimônio líquido</u>										
Capital Social	12.150.000									12.150.000
Reservas de Lucro	2.480.678									2.480.678
Outras reservas	480.030	15.440	437.161	100.289	(152.160)	233.844	(11.915)		622.659	1.102.689
Lucros acumulados		(139.326)			47.371				(91.955)	(91.955)
	15.110.708	(123.886)	437.161	100.289	(104.789)	233.844	(11.915)		530.704	15.641.412
Total do passivo e do patrimônio líquido	23.147.985	(123.886)	437.161	100.289	(104.789)		(11.915)	(117.417)	179.443	23.327.428

Conciliação do patrimônio líquido da controladora em 31 de dezembro de 2009

	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)			
	De acordo com BR GAAP antigo	Lucro nos estoques	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio	Imposto de renda e contribuição social	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuarial	Reclas-sificação	Efeito total	Nova política contábil
Ativo										
<u>Circulante</u>										
Caixa e equivalentes de caixa	1.279.064							43.317	43.317	1.322.381
Títulos e valores mobiliários	886.073							(43.317)	(43.317)	842.756
Contas a receber	1.491.475									1.491.475
Estoques	3.052.250									3.052.250
Impostos a recuperar	376.035									376.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.873							(51.873)	(51.873)	
Dividendos a receber	21.571									21.571
Adiantamento a fornecedores	40.690									40.690
Demais contas a receber	153.164									153.164
	7.352.195							(51.873)	(51.873)	7.300.322
<u>Não circulante</u>										
Imposto de renda e contribuição social diferidos	458.792				(108.473)			(116.674)	(225.147)	233.645
Valores a receber de empresas ligadas	56.627									56.627
Depósitos judiciais	308.335									308.335
Instrumentos financeiros derivativos	184.423									184.423
Impostos a recuperar	260.504									260.504
Demais contas a receber	50.902									50.902
Investimentos em coligadas	4.086.147	(62.544)	3.559	84.230	(1.210)				24.035	4.110.182
Imobilizado	10.536.105		384.907						384.907	10.921.012
Intangível	1.563.316			16.059					16.059	1.579.375
	17.505.151	(62.544)	388.466	100.289	(109.683)			(116.674)	199.854	17.705.005
Total do ativo	24.857.346	(62.544)	388.466	100.289	(109.683)			(168.547)	147.981	25.005.327

	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)		
De acordo com BR GAAP antigo	Lucro nos estoques	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Ágio	Imposto de renda e contribuição social	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuarial	Reclas-sificação	Efeito total	Nova política contábil
Passivo									
<u>Circulante</u>									
Fornecedores, empreiteiros e fretes	724.198								724.198
Empréstimos e financiamentos e debêntures	653.988								653.988
Adiantamento de clientes	44.529								44.529
Valores a pagar a empresas ligadas	126.640								126.640
Salários e encargos sociais	141.596								141.596
Tributos a recolher	99.073								99.073
Imposto de renda e contribuição social	40.289						(40.289)	(40.289)	
Dividendos e JSCP a pagar	383.078				(72.367)			(72.367)	310.711
Instrumentos financeiros derivativos	66.029								66.029
Passivo atuarial	93.517					(93.517)		(93.517)	
Demais contas a pagar	381.141								381.141
	2.754.078				(72.367)	(93.517)	(40.289)	(206.173)	2.547.905
<u>Não circulante</u>									
Empréstimos e financiamentos e debêntures	4.961.039								4.961.039
Tributos parcelados	78.752								78.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	128.258						(128.258)	(128.258)	
Provisão para contingências	340.275								340.275
Provisão para Recuperação ambiental	90.482								90.482
Passivo atuarial	1.162.793					95.318		95.318	1.258.111
Instrumentos financeiros derivativos	788								788
Demais contas a pagar	80.806					1.517		1.517	82.323
	6.843.193					96.835	(128.258)	(31.423)	6.811.770
<u>Patrimônio líquido</u>									
Capital Social	12.150.000								12.150.000
Reservas de Lucro	3.315.028								3.315.028
Outras reservas	(204.953)	388.466	100.289	(130.950)	72.367	(3.318)		426.854	221.901
Lucros acumulados	(62.544)			21.267				(41.277)	(41.277)
	15.260.075	(62.544)	388.466	100.289	(109.683)	72.367	(3.318)	385.577	15.645.652
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.857.346	(62.544)	388.466	100.289	(109.683)		(168.547)	147.981	25.005.327

Conciliação do lucro líquido da controladora em 31 de dezembro de 2009

	(a)	(b)	(d)	(f)	(g)			
	De acordo com BR GAAP antigo	Lucro nos estoques	Imobilizado hiperinflação 1996 e 1997	Imposto de renda e contribuição social	Passivo atuarial	Reclas-sificação	Efeito total	Nova política contábil
Receita líquida de vendas e serviços	8.518.609	(50.114)					(50.114)	8.468.495
Custos dos produtos e serviços vendidos	(7.184.626)	110.582	(29.661)			(394.237)	(313.316)	(7.497.942)
Lucro bruto	1.333.983	60.468	(29.661)			(394.237)	(363.430)	970.553
Despesas com vendas	(180.851)							(180.851)
Despesas gerais e administrativas	(286.908)					(23.885)		(310.793)
Honorários da administração	(23.885)					23.885		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(230.727)		(12.333)	(98.305)	610.829		500.191	269.464
	(722.371)		(12.333)	(98.305)	610.829		500.191	(222.180)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	611.612	60.468	(41.994)	(98.305)	174.598		136.761	748.373
Resultado financeiro, líquido	950.500				40.100	(216.592)	(176.492)	774.008
Resultado de participações societárias	119.292		(4.423)				(4.423)	114.869
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.681.404	60.468	(46.417)		(58.205)		(44.154)	1.637.250
Imposto de renda e contribuição social	(378.312)			14.088			14.088	(364.224)
Lucro líquido do exercício	1.303.092	60.468	(46.417)	14.088	(58.205)		(30.066)	1.273.026

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência passada e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que consideramos razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, as Empresas Usiminas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo, que podem

causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor recuperável (impairment) do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas demonstrações financeiras. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas.

Em 2011, foi reconhecida perda por impairment no valor de R\$5.552 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 5.387) referente ao ágio alocado na UGC Modal.

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As Empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de

aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As Empresas Usiminas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as Empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Provisões para contingências

As Empresas Usiminas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

Segregação de juros e variação monetária relacionada a captações de empréstimos nacionais

A Companhia reavaliou a forma de interpretação e contabilização dos juros e correção monetária dos contratos indexados por CDI e efetuou a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, cujo indexador contratado é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A parcela relacionada ao IPCA foi segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e incluída na linha "Efeitos monetários" no grupo de "Despesas financeiras", o qual compõe o "Resultado financeiro".

A Administração acredita que essa segregação está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

Os diretores entendem que a Companhia possui controles internos adotados em suas diversas áreas que historicamente têm se demonstrado suficientes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Não obstante, comitês em conjunto com os demais órgãos da Companhia atuam na identificação e verificação de eventuais deficiências nos controles internos. Quando identificadas eventuais imperfeições em referidos controles, são imediatamente estabelecidos planos para sanar a irregularidade.

Em 2011, a Companhia deu continuidade ao projeto de Avaliação dos Controles relacionados aos Relatórios e Demonstrações Financeiras, alinhados aos preceitos da Sarbanes-Oxley, o que vem contribuindo para o aprimoramento dos controles internos e prática de Governança Corporativa.

Para as demonstrações financeiras dos anos de 2011, 2010 e 2009, os auditores externos da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos sobre as demonstrações financeiras.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 1º de fevereiro de 2008, a Companhia efetuou a distribuição pública de 5.000 (cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sendo essa a Quarta Emissão Pública de Debêntures e a primeira no âmbito de seu Segundo Programa de Distribuição de Debêntures. Estas debêntures, no valor total de R\$500.000 mil, têm vencimento final em 1 de fevereiro de 2013, sendo que 50% do valor do principal vence em 1º de fevereiro de 2012, e são remuneradas por 100% do CDI e sobretaxa de 0,42% ao ano, remuneração esta que será paga semestralmente a partir da data de sua emissão.

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures emitidas em 1º de fevereiro de 2008 no valor de R\$500.000 mil, foram utilizados para fins corporativos gerais. Tais recursos foram utilizados nos projetos de investimento da Companhia bem como para reforçar sua posição de caixa.

Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, lote único e indivisível, constituída de 1 (uma) debênture, no valor de R\$600.000 mil. Em 23 de dezembro de 2010, a Companhia resgatou antecipadamente essas Debêntures, cujo montante totalizou R\$652.719 mil.

Em 11 de janeiro de 2008, a Usiminas Commercial - subsidiária integral da Companhia - efetuou a emissão de Eurobonds no valor de US\$400.000 mil com vencimento em 18 de janeiro de 2018. A amortização é feita em uma única parcela e os juros são pagos semestralmente a uma taxa de 7,25% ao ano. A operação conta com a garantia de pagamento da Companhia.

Os recursos obtidos com os Eurobonds acima foram utilizados para fins corporativos gerais. Tais recursos foram utilizados nos projetos de investimento da Companhia bem como para reforçar sua posição de caixa.

Em 2011, 2010 e 2009 a Companhia não efetuou oferta pública de valores mobiliários.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicações divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvio de aplicação dos recursos.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvio de aplicação dos recursos.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- Contrato com a Vale S.A. ("Vale") no valor de R\$ 6 milhões, referente à utilização de duas locomotivas na Usina de Ipatinga. O prazo deste contrato é de 36 meses, encerrando-se em 30/06/2012.
- Contrato com a Salus Empreendimentos Imobiliários S/A, no valor de R\$ 144 milhões, referente à locação de locomotivas, com vencimento em 14/10/2015.
- Contrato com a MRC Logística Ferroviária DZSS-FC Ltda, no valor de R\$ 29 milhões, referente à locação de vagões plataformas, com vencimento em 08/08/2016.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

Os principais fornecedores de minério de ferro para a Usiminas Ipatinga são a Mineração Usiminas S/A – MUSA e a VALE S/A, com 45% e 35% do consumo respectivamente. A VALE S/A mantém com a Usiminas contratos de venda de minério de ferro e de logística de transporte do minério Usiminas pela EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas) e FCA – Ferrovia Centro Atlântico.

Em Cubatão, o maior fornecedor é a Mineração Usiminas - MUSA seguida pela CSN.

Os contratos de fornecimento citados acima se encontram concluídos ou fase final de negociação.

O montante que somam os contratos em vigência é de aproximadamente R\$ 1.500 milhões por ano.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral* utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido a inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e spot de compra de carvão importado e CVP nacional no ano calendário 2011, correspondente a aproximadamente 5 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades das duas usinas siderúrgicas (em Ipatinga e Cubatão) até dezembro de 2011. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e internacional, do carvão para injeção (PCI) e o antracito estão computados nesses dados.

Os contratos negociados em 2008 anteriormente à crise e não embarcados até Dez/2010 foram responsáveis por cerca de 2% do volume embarcado em 2011. Os contratos passaram a ter preços definidos mensal, trimestral ou semestralmente a partir de Abril de 2011 devido à entrada da China como grande player mundial e à volatilidade do mercado.

Dentre os principais fornecedores de carvão antracito e coque verde de petróleo no ano de 2011, destacam-se a Petrobrás Distribuidora, Jim Walter Resources, Alpha Coal, Noble, responsáveis por cerca de 51% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2011, houve diversificação de fontes alternativas de abastecimento, tais como Colômbia e México, e previsto desenvolvimento de fontes em Moçambique e Indonésia a partir de 2012.

Os contratos embarcados em 2011 somam o montante de US\$1,095 bilhões.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais.

No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais e prorrogar o prazo contratual para 10 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019).

Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A-SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas receberá da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Esses novos contratos (de compra e cessão) com um montante de aproximadamente 320,00 MW médios anuais de energia, perfazem cerca de R\$4,5 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2019.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram, em 13 de maio de 2002, um contrato de fornecimento de gás natural canalizado para sua Usina de Cubatão no período de 21 de abril de 2002 a 20 de novembro de 2007. Esse contrato foi renovado para o período de 21 de novembro de 2007 a 20 de novembro de 2012. O contrato prevê hoje o fornecimento de

350.000m³/dia de gás natural, e soma o montante de R\$435 milhões, considerando o período de 21/04/2002 a 20/11/2012.

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A Companhia e a Gasmig celebraram em 21 de setembro de 2010, o contrato de fornecimento de gás natural canalizado para substituição do gás liquefeito de petróleo (GLP), no volume de 30.000 m³/dia, na modalidade firme para o período de 21 de setembro de 2010 a 21 de setembro de 2016.

Em 07 de dezembro de 2010 a Companhia e a Gasmig, celebraram o contrato de gás natural na modalidade interruptível, para o período de 07 de dezembro de 2010 a 06 de dezembro de 2011 (com previsão de renovação sucessiva por igual período), para utilização no Alto Forno da Usina de Ipatinga. O contrato prevê o fornecimento de 256.000m³/dia. Eventualmente, a Companhia celebra contratos de compra de gás natural de curto prazo em volumes diferenciados com a Gasmig, para utilização no Alto Forno em substituição ao contrato interruptível, em leilões realizados pela Petrobrás às distribuidoras.

Os contratos em vigência somam o montante de R\$65 milhões e compreendem o período de 21/09/2010 a 21/09/2016.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima é apropriada aos resultados da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme comentado no item 10.8.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**a) Investimentos****i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2011 foi de R\$2.490.138 mil (R\$3.191.808 mil em 2010), sendo:

- Usinas de Ipatinga e Cubatão: R\$1.844.287 mil (R\$2.649.229 mil em 2010)
- Controladas: R\$645.851 mil (R\$542.579 mil em 2010)

Os investimentos nas Usinas estão concentrados em aumento da produção de laminados, melhoria da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

Os projetos de investimentos seguem seu curso normal de detalhamento técnico, tomada de preços, assinatura de contratos e execução das obras, conforme cronograma estabelecido.

Os principais investimentos concluídos em 2011 foram:

- Em Julho/2011: Troca dos Motores e Sistema de Acionamento Elétrico do Laminador Desbastador da Laminação de Chapas Grossas da Usina de Ipatinga, para garantir a continuidade operacional com a melhoria da performance de funcionamento, devido ao aumento de potência e melhoria da tecnologia de acionamento e redução do custo de manutenção dos motores em corrente contínua e do sistema de acionamento elétrico.
- Em Dezembro/2011: Misturador Intensivo para as Sinterizações 1 e 2 da Usina de Ipatinga, para utilização de 25% de pellet feed em substituição ao sinter feed e o aumento da produtividade da sinterização.

O Plano de Investimentos das Empresas Usiminas de 2012 está orçado em R\$2.776 milhões e os principais investimentos nas unidades industriais estão detalhados abaixo:

Ipatinga:

Expansão da Laminação de Chapas Grossas: atingir a produção de 1.350.000 toneladas por ano processando 1.500.000 toneladas placa/ano. Contrato com a Mitsubishi assinado em abril de 2010. Em função da baixa demanda para a viabilização do aumento de produção de chapas grossas, a Usiminas suspendeu temporariamente a implantação do mesmo.

Unidade de Desgaseificação à Vácuo Tipo RH na Aciaria nº 2:

Aumento de produção de 800.000 toneladas por ano de placas de maior valor agregado. Obras concluídas e início de operação previsto para 05 de janeiro de 2012.

Reconstrução da Coqueria nº 2:

Restabelecer produção de gás (COG) e coque da Coqueria 2 para 1.100.000 t/ano; Reduzir a emissão de particulados, gases e matérias voláteis para a atmosfera.

Equipamentos em fabricação pela Giprokoks (empresa Ucraniana). Bateria nº 3 encontra-se parada para reforma desde 18/10/2010 com retorno de operação previsto para 15 de novembro de 2013. A parada da Bateria nº 4 para reforma está programada para após a conclusão das obras da Bateria nº 3.

UNIGAL:

A Nova Linha de Galvanização a Quente (HDG) entrou em operação em Abril/2011. Tem como principais objetivos o aumento da capacidade instalada para produção anual de 550 mil toneladas para atender o aumento de demanda de bobinas galvanizadas para indústria automobilística e linha branca. Esta nova linha é melhor adaptada para a produção de material GI destinados a painéis externos de automóveis.

Cubatão:

Linha de Tiras a Quente nº 2: produção de 2,3 milhões de toneladas por ano de laminados a quente a partir de 1º de março de 2012 na 1ª fase, 3,8 milhões de toneladas por ano na 2ª fase e 4,8 milhões de toneladas por ano na 3ª fase.

Laminador: fabricação dos equipamentos concluída pela Mitsubishi.

Forno de Reaquecimento: fabricação dos equipamentos concluída pela Tenova.

Laminador de Encruamento: fabricação dos equipamentos concluída pela Danieli.

Obras civis concluídas, em andamento conclusão de pendências.

Montagem eletromecânica concluída, em andamento conclusão de pendências.

Linha de Decapagem nº 3: Instalação de uma Linha de Decapagem de 1.400.000 toneladas por ano, com possibilidade de expandir a produção até 1.700.000 toneladas por ano a partir do 4º trimestre de 2013. Fabricação dos equipamentos concluída pela Andritz. Obras civis em andamento com término previsto para fevereiro/2012. Montagem dos equipamentos em andamento pela Enesa com término previsto para outubro/2012.

Soluções Usiminas:

Os investimentos em 2012 concentram-se no aumento de produtividade e aprimoramento dos sistemas de informação. Também há investimentos previstos em projetos de segurança dos funcionários e meio ambiente.

Revamping de Plantas de Tubos Carbono (Porto Alegre-RS e Campo Limpo Paulista-SP): Melhoria nas Formadoras de Tubos, com um incremento de produção esperado de 40.000 toneladas por ano em Porto Alegre e 35.000 toneladas por ano em Campo Limpo. O projeto está em andamento e a previsão de conclusão em Porto Alegre é agosto/2012, e Campo Limpo setembro/2012.

Revamping de Centros de Serviços (Bonsucesso-SP / Cachoeirinha-RS / Santa Luzia-MG / São Roque- Guarulhos-SP / Betim-MG / Porto Alegre-RS): Melhoria nos Centros de Serviços, com transferências, aquisição, e Melhorias de Equipamentos. O projeto está em andamento e a previsão de conclusão em Bonsucesso: outubro/2012, Cachoeirinha: julho/2012, Santa Luzia: maio/2012, São Roque: novembro/2012, Betim: junho/2012, Porto Alegre: junho/2012.

Em TI, destacam-se projetos de melhorias nos sistemas de programação da produção e atendimento aos clientes, que estarão concluídos no 1º semestre de 2012.

Usiminas Mecânica:

Em 2012 a empresa pretende dar sequência ao seu programa de modernização e expansão, que inclui desde a atualização de seu parque de informática até os investimentos voltados para crescimento de produção.

Automotiva Usiminas:

Nova linha industrial para produção de cabines para Suzuki – Jimny: Investimento iniciado em 2011 para fornecimento de cabines à nova montadora que está instalando fábrica no Brasil, agregará novo mix de produtos ao portfólio da Automotiva Usiminas e aumento de faturamento, além da ampliação do quadro de funcionários. Início de fornecimento a partir do 2º semestre de 2012.

Adequação do parque fabril: Iniciado em 2011, para atender as normas regulamentadoras, programa de prevenção de riscos em prensas e similares além da modernização de equipamentos.

Mineração Usiminas:

Projeto Friáveis: O projeto consiste na criação de duas novas plantas com o objetivo de alavancar a produtividade das plantas atuais e conseqüentemente a capacidade de produção da MUSA para 12 Mtpa, com a implantação da Nova ITM Oeste e Flotação, recuperação de Pellet Feed a partir dos finos naturais, recuperação dos finos de barragens e recuperação de rejeitos grossos das ITMs existentes. O projeto faz parte do plano estratégico do grupo permitindo a geração de valor bem como a resposta às projeções de demanda do mercado na expectativa plurianual. A previsão do término e implantação das novas plantas é no início de 2013.

Aquisição de novos equipamentos móveis de mineração: Tem como principais objetivos, a expansão em seu desempenho operacional cumprindo os planos de lavra projetados, otimização em seu processo de movimentação de minério e captura dos melhores resultados operacionais e financeiros para o negócio.

Aquisição de Terrenos: A aquisição de terrenos suporta as operações atuais e aos planos de desenvolvimento e expansão da Mineração, considerando os aspectos do planejamento de lavra de curto e longo prazos e garantindo a viabilidade de seus projetos de investimento plurianuais.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação. Os principais financiadores da Companhia são o Sistema BNDES e o banco japonês JBIC. Em 2011, foram utilizados R\$907.822 mil do Sistema BNDES e R\$82.651 mil do JBIC, totalizando R\$990.473 mil.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2011, a Mineração Usiminas adquiriu a totalidade das ações da empresa Mineração Ouro Negro, detentora de recursos minerários da ordem de 205 milhões de toneladas de minério de ferro. A aquisição alinha-se à estratégia operacional da Companhia, uma vez que amplia sua área de extração mineral e conseqüentemente sua capacidade produtiva aliada a ganhos operacionais com distância média de transporte e relação estéril/minério.

Em 2010 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços de alta resistência para o setor automotivo; desenvolvimento de aços para os setores naval e offshore e sua engenharia de aplicação; desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro; desenvolvimento de aços para fins balísticos; desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para o setor da construção civil; desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica; desenvolvimento de aço com revestimentos metálicos especiais para conformação a quente.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2011, a Companhia gastou aproximadamente R\$ 10 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimentos já divulgados

No ano de 2011 foram desenvolvidos industrialmente e disponibilizados para comercialização 12(doze) novos tipos de aço. Tratam-se de aços laminados a frio e revestidos de alta resistências destinados a peças estruturais e de segurança de automóveis; aços navais de alta resistência e performance na aplicação; e aços estruturais de alta resistência e resistentes a abrasão.

Atualmente encontram-se em nosso portfólio de desenvolvimento outros 16(dezesseis) produtos. Tratam-se de aços avançados de alta resistência laminados a frio e revestidos destinados a estrutura e peças de segurança de automóveis; Chapas grossas para aplicação balística; aços laminados a quente de alta resistência para aplicação em componentes automotivos; e chapas grossas de alta resistência obtidas pelo processo de resfriamento acelerado destinado a tubulações de óleo e gás, naval e plataformas e estruturais.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos com desenvolvimento dos produtos mencionados no item acima, se somam aos gastos normais de todo o processo de produção, e não foram mensurados pela companhia.

10.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não foram identificados ou comentados nos demais itens.

Não há.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. Lucro líquido do exercício.
2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.
4. Montante global e o valor por ação dos dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a) Valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;
 - b) A forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;
 - d) Data da declaração de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;
 - b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	233.077	1.571.840	1.303.092	3.248.781
Constituição da reserva legal (5%)	(11.653)	(78.592)	(65.155)	(162.439)
Base de cálculo dos dividendos	<u>221.424</u>	<u>1.493.248</u>	<u>1.237.937</u>	<u>3.086.342</u>
Juros s/ capital próprio intermediários pagos				
Valor global		230.182	89.884	383.002
Valor por ação ON		R\$,222260	R\$,17358	R\$,73964
Valor por ação PN		R\$,244485	R\$,19094	R\$,81360
Data de declaração de pagamento aos acionistas		28/09/2010	22/07/2009	13/08/2008
Data de início do pagamento		20/10/2010	18/08/2009	02/09/2008
Juros s/ capital próprio complementares a pagar				
Valor global	81.577	178.174	308.001	375.002
Valor por ação ON	R\$,078769	R\$,172041	R\$,59480	R\$,72419
Valor por ação PN	R\$,086646	R\$,189246	R\$,65428	R\$,79661
Data de declaração de pagamento aos acionistas	06/03/2012	21/12/2010	23/12/2009	13/11/2008
Data de início do pagamento	26/04/2012	04/04/2011	03/05/2010	02/04/2009
Juros s/ capital próprio complementares a pagar				
Valor global		141.788		
Valor por ação ON		R\$,136908		
Valor por ação PN		R\$,150599		
Data de declaração de pagamento aos acionistas		22/02/2011		
Data de início do pagamento		04/04/2011		
Dividendos intermediários pagos				
Valor global				145.227
Valor por ação ON				R\$,28046
Valor por ação PN				R\$,30850
Data de declaração de pagamento aos acionistas				13/08/2008
Data de início do pagamento				02/09/2008
Dividendos complementares a pagar				
Valor global			72.367	233.844
Valor por ação ON			R\$,13975	R\$,45159
Valor por ação PN			R\$,15373	R\$,49675
Data de declaração de pagamento aos acionistas			25/02/2010	19/02/2009
Data de início do pagamento			<u>03/05/2010</u>	<u>02/04/2009</u>
Total	<u>81.577</u>	<u>550.144</u>	<u>470.252</u>	<u>1.137.075</u>
Lucro líquido do exercício / total de ações ON (- Em tesouraria)	R\$,4636	R\$,3,1270	R\$,5,1840	R\$,12,9245
Lucro líquido do exercício / total de ações PN (- Em tesouraria)	R\$,4811	R\$,3,2440	R\$,5,3795	R\$,13,4118
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	35%	35%	36,1%	35%

Forma e prazo de pagamento

Os acionistas que mantêm domicílio bancário no Bradesco ou outros bancos, que comunicaram essa condição, possibilitam que os seus créditos sejam lançados automaticamente no primeiro dia do pagamento e recebem o aviso de crédito. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado e não informaram domicílio bancário para recebimento, recebem via correio o formulário AVISO PARA RECEBIMENTO - PROVENTOS DE AÇÕES ESCRITURAS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou AVISO PARA RECEBIMENTO, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais.

8. Destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal;

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	233.077	1.571.840	1.303.092	3.248.781
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(11.653)</u>	<u>(78.592)</u>	<u>(65.155)</u>	<u>(162.439)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>221.424</u>	<u>1.493.248</u>	<u>1.237.937</u>	<u>3.086.342</u>

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

10. Dividendo obrigatório.

a) Forma de cálculo prevista no estatuto;

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei societária. Os titulares de ações preferenciais recebem dividendos 10% maiores do que os dividendos destinados às ações ordinárias. Adicionalmente, o valor calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes. A constituição de reservas não poderá prejudicar o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

b) Informação sobre o pagamento integral;

Em 31 de dezembro de 2011 os juros sobre capital próprio foram pagos integralmente, ao distribuir cerca de 35% do lucro líquido do exercício. Na mesma data, a Companhia não reteve valores pertencentes aos dividendo obrigatório de 25%.

14. Destinação do resultado para reservas estatutárias.

a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, CAPÍTULO VI, art. 24, parágrafo 3º, as cláusulas estatutárias determinam:

“O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: **a)** sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 4º, infra; **b)** seu saldo não poderá ultrapassar a 95% do capital social; **c)** a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: **i)** na absorção de prejuízos, sempre que necessário; **ii)** na distribuição de dividendos, a qualquer momento; **iii)** nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; **iv)** na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. “

b) Identificar o montante destinado à reserva:

- (i) Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social, e seu saldo, poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou, ainda, capitalizado. Em 31 de dezembro de 2011, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R\$110.711.
- (ii) Pela destinação do montante de R\$51.466, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de março de 2012.

c) Cálculo do montante destinado para reserva

	2011
Lucro líquido do exercício	233.077
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(11.653)</u>
Base de cálculo para cálculo da reserva	221.424
Juros sobre capital próprio	
Juros sobre capital próprio propostos a pagar	<u>(81.577)</u>
	(81.577)
Reserva para investimento e Capital de Giro:	
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	(110.711)
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	<u>(51.466)</u>
	(162.177)
Outras destinações	
Dividendos prescritos	509
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	<u>21.821</u>
	22.330

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificação do montante destinado à reserva;
- b) Natureza da destinação;

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil
RECONSTRUÇÃO DA COQUERIA Nº 2 Reforma das baterias 2 e 3, visando restabelecer a capacidade de produção de 1.100.000 t/a.	51.466
TOTAL	51.466

ORÇAMENTO DE CAPITAL	R\$ mil
Fontes	51.466
Empréstimos e Financiamentos	18.970
Recursos Próprios	32.496
Aplicações	
Investimento Fixo	51.466

As demais informações requeridas no Anexo 9-1-II e não descritas nesse documento, referentes aos itens 6, 9, 11, 12, 13 e 16 do Anexo, não se aplicam à Companhia em 31 de dezembro de 2011.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Companhia Aberta

CNPJ/MF 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, consoante o disposto no art. 10 da Instrução CVM 481/09 e com base nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, apresenta as informações sobre os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pelos acionistas controladores, conforme disposto a seguir:

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

1) Conselho de Administração – Membros Titulares – Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2014

a. nome	Alcides José Morgante
b. idade	70 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	120.074.988-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Daniel Agustín Novegil
b. idade	59 anos
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	10330160N
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Fumihiko Wada
b. idade	64 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ0231735
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	José Oscar Costa de Andrade
b. idade	65 anos
c. profissão	Engenheiro Metalúrgico
d. CPF ou número do passaporte	097.284.656/53
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Nobuhiko Ikura
b. idade	58 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	TZ0745775
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Penido Pinto Marques
b. idade	54 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	269.139.176-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. idade	42 anos
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Roberto Caiuby Vidigal
b. idade	67 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	007.763.518-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

2) Conselho de Administração – Membros Suplentes – Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2014

a. nome	Amaro Lanari Neto
b. idade	61 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	143.828.816-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Chrysantho de Miranda Sá Junior
b. idade	58 anos
c. profissão	Engenheiro Eletricista (opção eletrônica)
d. CPF ou número do passaporte	272.337.906-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Oscar Montero Martinez
b. idade	51
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	14.126.591 (Argentino)
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Honorio Pedro García Diez
b. idade	60 anos
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	10106673N
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Mario Giuseppe Antonio Galli
b. idade	60 anos
c. profissão	Graduado em Filosofia
d. CPF ou número do passaporte	YA0314245
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de abril de 2012
g. data da posse	25 de abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Takashi Hirose
b. idade	49 anos
c. profissão	Bacharel em Letras
d. CPF ou número do passaporte	234.900.068-01
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Coordenador do Comitê de Auditoria e membro do Comitê de Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Hiroyuki Uchida
b. idade	53 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	TH2452360
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Yoichi Furuta
b. idade	53 anos
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TH6520391
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

3) Conselho Fiscal – Membros Titulares – Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2013

a. nome	Lúcio de Lima Pires
b. idade	41 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2013
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Masato Ninomiya
b. idade	63 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2013
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. idade	41 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2013
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

4) Conselho Fiscal – Membros Suplentes - Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2013

a. nome	Lyoji Okada
b. idade	76 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	045.908.487-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2013
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Mário Roberto Villanova Nogueira
b. idade	49 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	112.981.928-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2013
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Rinaldo de Angelis
b. idade	61 anos
c. profissão	Administrador e Bacharel em Ciências Contábeis
d. CPF ou número do passaporte	382.285.218-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	25 de Abril de 2012
g. data da posse	25 de Abril de 2012
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2013
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal:

a) Currículos

Conselho de Administração – Membros Titulares

Alcides José Morgante. Graduado em Administração de Empresas. Foi Gerente de Área e Diretor-Adjunto de Sistemas da Confab Industrial S.A; Gerente da empresa Cobrasma S.A; Diretor Administrativo, Financeiro e Comercial da Engrecon S.A; Diretor de Desenvolvimento na Secretaria do Trabalho do Município de Osasco, tendo ministrado cursos na FEAO – Faculdade de Economia e Administração de Osasco, bem como no sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Daniel Agustín Novegil. Graduado em Engenharia Industrial pela Universidade de Buenos Aires, possui mestrado em Ciência da Administração da Universidade Stanford. Em 1978 trabalhou na Propulsora Siderúrgica S.A. (companhia do Grupo Techint) e foi nomeado como Diretor Geral da Companhia em 1991. Em 1993, após a incorporação da Propulsora com a privatizada Somisa, foi nomeado Diretor da Siderar. Em 1998, após a aquisição da Sidor na Venezuela, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Sidor. Em Março de 2003 foi designado Vice Presidente Executivo da Divisão de Aços Planos e Longos da Techint, com responsabilidade corporativa perante Sidor e Siderar. É membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium S.A. desde 2005. Tornou-se Presidente do Conselho de Administração da Siderar em Maio de 2005 e é também Presidente do Conselho de Administração da Ternium México, S.A. de C.V., empresa resultante de uma fusão entre Hylsamex S.A. de C.V. e Grupo IMSA S.A. de C.V., cujo controle total foi respectivamente adquirido pela Ternium em 2005 e 2007. É membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A. Pertence ao Comitê Executivo da Associação Latino Americana do Aço (ALACERO) e Presidente do Comitê de Estudos Econômicos do Conselho de Associação Mundial do Aço. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

José Oscar Costa de Andrade. Engenheiro Metalúrgico com Especialização em Matérias Primas e operações de Altos Fornos, Curso de Engenharia Metalúrgica. Foi Engenheiro de Análise de Investimentos; Chefe de Departamento de Metalurgia e Inspeção; Chefe de Unidade Técnica; Engenheiro Metalúrgico da Unidade de Metalurgia de Gusa. Ocupa o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

Fumihiko Wada. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Keio do Japão. No Japan Bank for International Cooperation, foi Diretor Geral, Diretor Geral do Departamento de Empréstimos V, Tesoureiro e Controller, Diretor Geral de Recursos Humanos, Diretor Executivo Residente das Américas; na Marubeni Corporation foi Vice Presidente Sênior, Executivo Corporativo Sênior do Departamento Regional de Estratégia e Coordenação, Presidente do Comitê de Promoção de Negócios de Meio Ambiente, Consultor Corporativo; Consultor Corporativo da Nippon Steel e Nippon Usiminas Co. Ltd.; Presidente-CEO da Nippon Usiminas Co. Ltda. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Nobuhiko Ikura. Graduado em Economia pela *Hitotsubashi University*, Tokyo, Japão. Atua como Diretor Presidente da Nippon Steel U.S.A., Inc., cuja sede está localizada em Nova Iorque, EUA.

Paulo Penido Pinto Marques. Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atuou como Vice Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação da Usiminas; Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Presidente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística; Presidente do Conselho de Administração da Ita Energética; Membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A.; membro do Conselho de Administração da Rio Negro Comércio e Indústria de Aço S.A.; e membro do Conselho de Administração da Usiparts Sistemas Automotivos S.A. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Embraer.

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca. Possui MBA Executivo em Finanças pela IBMEC Business School, Especialização em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral e Ciências Econômicas pela PUC/MG. Tem experiência como superintendente de planejamento e análise de investimentos, analista de planejamento econômico financeiro, e analista de custos e orçamento. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Roberto Caiuby Vidigal. Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia São Luis – SP. Participou do Programa de Gestão Avançada (Advanced Management Program) do Insead – Institut Europeen D'Administration, Fontanebleau, França. Atuou como Presidente do Grupo Confab, Presidente da Techint Engenharia e Construção, Presidente do Capítulo Brasileiro da CEAL – Conselho Empresarial da América Latina, Presidente da ALABIC – Asociación Latinoamericana de Industrias e Bienes de Capital, Presidente da ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, Presidente do Conselho do IPEN – Conselho Superior do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Vice Presidente do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Membro do Conselho Consultivo do Banco Finasa de Investimentos S.A., Membro do Conselho de Administração da Refripar S.A., Presidente da CGU Companhia de Seguros, Membro do Conselho de Administração da Algar S.A. e Presidente do Instituto Liberal de São Paulo. Atualmente, exerce as seguintes funções: Presidente do Conselho de Administração da Confab Industrial S.A., Presidente do Conselho de Administração da Techint Engenharia e Construção S.A., Membro do Conselho de Administração de San Faustin S.A., Membro do Conselho da Air Liquide do Brasil, Presidente do Conselho Consultivo da S.A. O Estado de São Paulo, Presidente do Conselho Consultivo da OESP Gráfica S.A., Membro do Diretório da SIAT S.A. (Argentina), Presidente do Conselho Consultivo da Scania Latin America Ltda., Membro do Conselho Estratégico da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium Brasil S.A., e Diretor Presidente da SNF – Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. Ainda, atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Conselho de Administração – Membros Suplentes

Amaro Lanari Neto. Graduado em Administração de Empresas pela FUMEC. MBA em Finanças pela *New York University*. Atuou como Gerente de Marketing e Superintendente Geral de Vendas na Açominas; Adjunto do Presidente para Assuntos Comerciais na Siderbrás; Sócio Gerente da Bonex Trading e Representações; e Assessor direto da Diretoria de Exportações da Usiminas. Atualmente, ocupa o cargo de Gerente de Exportações da Usiminas.

Chrysantho de Miranda Sá Junior. Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Nacional de Telecomunicações Santa Rita do Sapucaí – Inatel (opção eletrônica); MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e participou do Programa de Desenvolvimento de Executivos da Fundação Dom Cabral – FDC. Na Usiminas, atuou como Gerente da Divisão de Equipamentos de Automação; Gerente da Divisão de Energia; Superintendente de Departamento de Energia e Transportes. Atuou também como Diretor Executivo da Fundação São Francisco Xavier (FSFX). Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Benefícios da Caixa dos Funcionários da Usiminas.

Oscar Montero Martinez. Graduado em Engenharia Industrial. Atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Ternium México S.A. de C.V., Tenigal S. de R.L. de C.V., Ternium USA Inc., Acerus S.A. de C.V., APM, S.A. de C.V., Ternium Gas México S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., IMSA Monclova S.A. de C.V., Las Encinas S.A. de C.V., Acedor S.A. de C.V., Ferropak Comercial S.A. de C.V., Treasury Services S.A. de C.V. e Consorcio Minero Benito Juarez Peña Colorada, S.A. de C.V. (suplente). Atua, ainda, como Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium.

Hiroyuki Uchida. Graduado em Engenharia pela *Tokyo University*. Atuou na Nippon Steel Corporation como Gerente Geral do Departamento Técnico de Produtos Laminados; Gerente Geral da Divisão de Produção e Controle Técnico da Planta de Kimitsu; Gerente Geral da Divisão de Produção e Controle Técnico da Planta de Oita. A partir de Abril/2012, assumirá o cargo de Gerente Geral do Grupo de Projeto Usiminas, na Nippon Steel Corporation.

Honorio Pedro Garcia Diez. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica Argentina. Possui experiência como Diretor de Administração e Finanças da Techint Compañía Técnica Internacional S.A.C.I.; Vice Presidente Financeiro da Techint Internacional Construction Corp. (TENCO). Atuou no Grupo Sade – Saldemi (empresa do Grupo GE) exercendo suas atividades como Vice Presidente Financeiro da Sade Brasil; Diretor Administrativo e Financeiro da Sade Venezuela e Diretor Administrativo e Financeiro da Sade nas operações na Colômbia. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Mario Giuseppe Antonio Galli. Graduado em Filosofia pela Universidade de Milão, é jornalista licenciado e já trabalhou em Comunicação e Novas Mídias por mais de 23 anos. Atuou como Diretor de Comunicação Corporativa do Grupo Techint, e dirigiu os projetos re-branding das empresas Tenaris e Ternium. Suas áreas de responsabilidade incluem: empregados e comunicações de marketing, relações de mídia e gestão de crises de comunicação. Foi presidente do Comitê de Comunicação da Associação Mundial do Aço 2009-2011. Atualmente trabalha como Diretor Corporativo de Comunicações da Tenaris, Diretor da Tenaris Confab Hastes de Bombeio e é membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A.

Takashi Hirose. Graduado em Letras pela *Tokyo University*. Atuou como Gerente da Divisão de Administração de Vendas e Gerente Geral da Divisão de Administração Geral da Planta de Kimitsu, ambos na Nippon Steel Corporation. Atualmente, possui o cargo de Diretor Representante da Nippon Steel Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.

Yoichi Furuta. Bacharel em Direito pela Tokyo University, Master of Business Administration, Harvard Business School. Foi Gerente, Departamento de Produtos Automotivos Lisos da Nippon Steel Corporation; Gerente de Grupo, Departamento de Produção de Chapas e Bobinas, planta de Kimitsu da Nippon Steel Corporation; Gerente de Grupo, Departamento de Placas e Produtos Longos, Divisão de Marketing Global da Nippon Steel Corporation; Gerente de Grupo, Departamento de Planejamento e Coordenação, Divisão de Marketing Global da Nippon Steel Corporation; Gerente Geral, escritório de Chicago, Nippon Steel U.S.A. Inc.; Gerente Geral, Divisão de Chapas de Aço Elétrica da Nippon Steel Corporation; Gerente Geral, Divisão de Desenvolvimento de Negócios no Exterior da Nippon Steel Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração (suplente) da Companhia.

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Lúcio de Lima Pires. Graduado em Ciências Contábeis pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG, pós-graduado em Administração Financeira e Metodologia do Ensino Superior pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG e em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas - UFRJ. Exerce atualmente o cargo de Gerente Executivo de Contabilidade da Caixa dos Empregados da Usiminas; É Membro titular do Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgica de Minas Gerais S/A - USIMINAS.

Masato Ninomiya. Doutor e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, no Japão, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. Professor doutor do departamento de direito internacional da Faculdade de Direito de São Paulo e tradutor público juramentado das línguas japonesa e inglesa. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Paulo Frank Coelho da Rocha. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu mestrado (LL.M.) em *Corporation* na *New York University School of Law*. Atuou como *Foreign Associate* no Escritório *Cravath, Swaine & Moore*, em Nova York. Atualmente é membro da *International Bar Association, do Advisory Board* do "*Working Group on Legal Opinions*" da *American Bar Association*; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. É co-autor do livro "*Business Laws of Brazil*". Ocupa o cargo de sócio do escritório de advocacia Demarest e Almeida desde 2003.

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Lyoji Okada. Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (São Paulo). Exerceu a advocacia em várias empresas, dentre as quais a Ishikawajima, NEC, Nippon Steel, Mitsubishi, Hitachi, Marubeni, Kawasaki Steel, Nisho-Iwai, C. Itoh, Banco de Tokyo, Banco Sumitomo, Banco América do Sul, NTT, Toyo-Menka, Toyo, Idemitsu, Okura, Nippon Kaiji Kiyokai, Consulado Geral do Japão, Câmara do Comércio e Indústria Japonesa do Rio de Janeiro, Associação Nikkei do Rio de Janeiro e uma série de grandes empresas nacionais e internacionais. Trabalha como titular da Lyoji Okada – Advocacia Empresarial S.C., em consultorias em empresas nacionais e internacionais e em questões judiciais. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Mário Roberto Villanova Nogueira. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É professor convidado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, de Consumo e de Comércio Internacional (IBRAC). Exerce, ainda o cargo de sócio do escritório Demarest e Almeida desde 1993.

Rinaldo de Angelis. Graduado em Administração e Ciências Contábeis. Atuou como superintendente de Controladoria e Superintendente de Custos da Usiminas, este último até agosto de 2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. Condenação criminal

Não há condenação criminal para cada um dos administradores e membros do conselho fiscal.

ii. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para cada um dos administradores e membros do conselho fiscal.

iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa, para cada um dos administradores e membros do conselho fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

b) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável. Inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

i) O membro titular do Conselho de Administração Fumihiko Wada ocupa cargo de Diretor Presidente da Nippon Usiminas Co. Ltd., companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

ii) O membro titular do Conselho de Administração Nobuhiko Ikura ocupa cargo de Diretor Presidente da Nippon Steel U.S.A., companhia que faz parte do grupo Nippon Steel, que, por sua vez, faz parte do Grupo de Controle do emissor;

iii) O membro titular do Conselho de Administração Daniel Novegil ocupa cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium S.A., controladora da Ternium Investments S.à r.l., Siderar S.A.I.C. e Prosid Investments S.C.A., todas companhias que fazem parte do Grupo de Controle do emissor. Ainda, é Presidente do Conselho de Administração da Siderar S.A.I.C.;

iv) O membro titular do Conselho de Administração Roberto Caiuby Vidigal ocupa cargo de Presidente do Conselho de Administração da Confab Industrial S.A., companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor. Ainda, é membro do Conselho de Administração de San Faustin S.A., controlador indireto de todas as companhias do Grupo T/T;

v) O membro titular do Conselho de Administração Rita Horta Rebelo de Assis ocupa cargo de Diretora Financeira da Caixa dos Empregados da Usiminas, Entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

vi) O membro suplente do Conselho de Administração Chrysantho de Miranda Sá Junior ocupa cargo de Diretor de Benefícios da Caixa dos Funcionários da Usiminas, Entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

vii) O membro suplente do Conselho de Administração Hiroyuki Uchida ocupa cargo de Gerente Geral do Grupo de Projeto Usiminas da Nippon Steel Corporation, companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

viii) O membro suplente do Conselho de Administração Yoichi Furuta ocupa cargo de Gerente Geral da Nippon Steel Corporation, companhia que faz parte do Grupo de Controle do emissor;

ix) O membro suplente do Conselho de Administração Takashi Hirose ocupa cargo de Diretor da Nippon Steel Empreendimentos Siderúrgicos Ltda, companhia que faz parte do Grupo Nippon Steel, que, por sua vez, faz parte do Grupo de Controle do emissor;

x) O membro suplente do Conselho de Administração Oscar Montero Martinez ocupa cargo de Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium S.A., controladora da Ternium Investments S.à r.l., Siderar S.A.I.C. e Prosid Investments S.C.A., todas companhias que fazem parte do Grupo de Controle do emissor. Exerce, ainda, o cargo de membro do Conselho de Administração de Ternium México S.A. de C.V., Tenigal S. de R.L. de C.V., Ternium USA Inc., Acerus S.A. de C.V., APM, S.A. de C.V., Ternium Gas México S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., IMSA Monclova S.A. de C.V., Las Encinas S.A. de C.V., Acedor S.A. de C.V., Ferropak Comercial S.A. de C.V. y Treasury Services S.A. de C.V, todas do Grupo Techint.

xi) O membro suplente do Conselho de Administração Mario Guiseppe Antonio Galli ocupa cargo de Diretor Corporativo de Comunicações da Tenaris, de Diretor da Tenaris Confab Hastes de Bombeio, é membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A. e presta serviços a Ternium Internacional SA.

x) O membro titular do Conselho de Fiscal Lúcio de Lima Pires ocupa cargo de Gerente Executivo de Contabilidade na Caixa dos Empregados da Usiminas, Entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

i) O membro titular do Conselho de Administração Daniel Novegil é Presidente do Conselho de Administração da Siderar S.A.I.C., companhia cliente do emissor. Ainda, ocupa cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Ternium S.A., controladora da Siderar S.A.I.C. O membro titular do Conselho de Administração Daniel Novegil é também Presidente do Conselho de Administração da Ternium México, S.A. de C.V., outra companhia que foi cliente do emissor;

ii) O membro titular do Conselho de Administração Roberto Caiuby Vidigal ocupa cargo de Presidente do Conselho de Administração da Confab Industrial S.A., companhia cliente do emissor;

iii) O membro suplente do Conselho de Administração Ricardo Ourique Marques é Diretor da Techint Engenharia e Construção S.A., companhia que foi sócia em projetos de joint venture com Usiminas Mecânica para venda de serviços de construção e montagem;

iv) O membro suplente do Conselho de Administração Oscar Montero Martinez é Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium S.A., bem como em suas subsidiárias, conforme item 12.10 (b) (ix), companhias que são clientes ocasionais do emissor;

v) O membro titular do Conselho Fiscal Paulo Frank Coelho da Rocha é de sócio do escritório Demarest e Almeida, que presta serviços jurídicos à Siderca S.A.I.C. e à Confab S.A.;

vi) O membro suplente do Conselho Fiscal Mário Roberto Villanova Nogueira é sócio do escritório Demarest e Almeida, que presta serviços jurídicos à Siderca S.A.I.C. e à Confab S.A.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Companhia Aberta

CNPJ/MF 60.894.730/0001-05

NIRE 313.000.1360-0

A Companhia, consoante o disposto no art. 12º, da Instrução CVM 481/09 e com base no item 13 do Formulário de Referência, apresenta as informações sobre proposta de remuneração dos administradores.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, estabeleceu novos patamares de remuneração para 2011 para os membros da sua Diretoria Estatutária. A política de remuneração estabelecida para 2011 tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da empresa. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Diretoria Não-Estatutária frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga em 12 (doze) parcelas ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da empresa, é paga a título de bônus da seguinte forma: em dezembro, possivelmente, é feita uma antecipação do bônus referente ao respectivo exercício suportada por uma estimativa do cumprimento das metas e o saldo remanescente após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os Diretores Não Estatutários: a remuneração (fixa e variável) é definida pelo Diretor-Presidente de acordo com práticas de mercado e atrelada ao desempenho individual de cada membro.

Para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários: Aprovação pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, da verba anual para a remuneração dos administradores da Companhia no montante de R\$ 35.000.000,00, (trinta e cinco milhões de reais).

Para o Conselho Fiscal a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

A política de remuneração (fixa e/ou variável) tem por objetivo reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro dos Conselhos e Diretoria frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A empresa oferece os seguintes benefícios (exclusivamente para os Diretores) : Assistência Médica e Odontológica, Seguro de Vida e Previdência Privada (opcional). Para a Diretoria Estatutária, além dos benefícios acima, é oferecido carro com motorista para uso exclusivo em serviço. Não são oferecidos benefícios para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A empresa não adota para nenhum dos órgãos descritos acima: benefícios pós emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima

Para os Diretores Estatutários a composição é a seguinte: 37% remuneração fixa e 37% remuneração variável (valor target), sendo que a remuneração variável é paga conforme cumprimento de metas; e, 26% remuneração baseada em ações, que podem ser variável conforme valores da ação no mercado.

Para os Diretores Não Estatutários, temos a seguinte composição: 46% como remuneração fixa e 32% como remuneração variável (valor target); e, 22% remuneração baseada em ações, que podem ser variável conforme valores ação no mercado.

A Companhia não adota para nenhum dos níveis acima: benefícios pós emprego, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa – a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia baseia-se em uma avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa a assegurar que a política adotada pela empresa seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável – a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores quantitativos (ex.: Margem Ebitda, Fluxo de Caixa Livre, Lucro Líquido, entre outros) e qualitativos atrelados à performance global da empresa e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da empresa no longo prazo.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos (Diretoria Estatutária e demais Diretores), composta de parcela fixa, e variável (curto prazo e longo prazo) atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos com base na performance global da empresa.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração o reconhecimento da contribuição de cada membro frente à realização dos objetivos estratégicos da Companhia, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São Indicadores quantitativos: Margem Ebitda, Fluxo de Caixa Livre e Lucro Líquido. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à performance financeira e não financeira da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da empresa em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da empresa frente ao mercado financeiro.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse institucional seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos da ponderação. A concentração de tais pesos da ponderação é alocada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que leva em consideração aspectos conjunturais e a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Segundo a ótica da empresa, temos como política:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres.

Médio Prazo: está alinhada com o acompanhamento de metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam a alavancar a performance global da empresa. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: a partir de 2011 a empresa adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, passando ao executivo o sentimento de sociedade, na busca pelos resultados da empresa.

O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembléia Geral e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A remuneração de todos os executivos da empresa é suportada integralmente pela Usiminas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2009 (*)

Valores em reais														
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	9	N/A	263.686,03	N/A	4.509.168,60	5.258.466,53	N/A	N/A	N/A	1.841.321,34	N/A	N/A	N/A	11.872.642,50
Conselho de Administração	9	N/A	-	N/A	1.709.861,26	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.709.861,26
Conselho Fiscal	4	N/A	-	N/A	372.404,04	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	372.404,04
Total	22	N/A	263.686,03	N/A	6.591.433,90	5.258.466,53	N/A	N/A	N/A	1.841.321,34	N/A	N/A	N/A	13.954.907,80

Exercício social encerrado em 31/12/2010 (*)

Valores em reais														
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	7	N/A	280.203,54	N/A	6.204.353,18	2.431.408,58	N/A	N/A	N/A	4.032.960,71	N/A	N/A	N/A	12.948.926,01
Conselho de Administração	9	N/A	-	N/A	2.672.788,88	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.672.788,88
Conselho Fiscal	4	N/A	-	N/A	468.266,56	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	468.266,56
Total	20	N/A	280.203,54	N/A	9.345.408,62	2.431.408,58	N/A	N/A	N/A	4.032.960,71	N/A	N/A	N/A	16.089.981,45

Exercício social encerrado em 31/12/2011 (*)

Orgão	No membros	Valores em reais												
		Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	6	N/A	23.665,52	N/A	7.810.240,00	4.672.199,38	N/A	N/A	N/A	2.000.000,00	N/A	N/A	N/A	14.506.104,90
Conselho de Administração	9	N/A	-	N/A	2.757.994,36	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	2.757.994,36
Conselho Fiscal	5	N/A	-	N/A	602.356,50	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	602.356,50
Total	20	N/A	23.665,52	N/A	11.170.590,86	4.672.199,38	N/A	N/A	N/A	2.000.000,00	N/A	N/A	N/A	17.866.455,76

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2012 (*)

Orgão	No membros	Valores em reais												
		Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	6	N/A	3.082.720,64	N/A	8.252.406,48	9.152.406,48	N/A	N/A	N/A	5.000.000,00	N/A	N/A	N/A	25.487.533,60
Conselho de Administração	9	N/A	-	N/A	3.259.774,04	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.259.774,04
Conselho Fiscal	5	N/A	-	N/A	549.795,54	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	549.795,54
Total	20	N/A	3.082.720,64	N/A	12.061.976,06	9.152.406,48	N/A	N/A	N/A	5.000.000,00	N/A	N/A	N/A	29.297.103,18

(*) valores nominais brutos sem encargos sociais

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2009	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	9	9	4
Bônus	R\$	R\$	R\$
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. E de acordo com as metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	24.000.000,00(*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não existe. É de no máximo o valor informado acima (*)	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	5.258.466,53	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	5.258.466,53	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2.009 foi de R\$ 24 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

Exercício social encerrado em 31/12/2010	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	7	9	4
Bônus	R\$	R\$	R\$
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 30.000.000,00(*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não existe. É de no máximo o valor informado acima(*)	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 2.431.408,58	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 2.431.408,58	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2.010 é de R\$ 30 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

Exercício social encerrado em 31/12/2011	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	9	7	4
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 35.000.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 4.672.199,38	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

Remuneração Prevista para Exercício de 2012

Para o exercício de 2012, as premissas para os indicadores de metas, a princípio, poderão ser as mesmas adotadas em 2011, sujeitas às variações necessárias para refletir à conjuntura econômico-financeira global.

Exercício social a encerrar em 31/12/2012	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	6	9	5
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas. (*)	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 35.000.000,00(***)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não existe. É de no máximo o valor informado acima. (*)	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléa Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) Valor a ser aprovado em Assembléa Geral Ordinária no dia 25/04/2012.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

No último exercício foi aprovado na Assembléia Geral e Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Em 2011, foram elegíveis os componentes da Diretoria Estatutária e demais Diretores da Companhia.

Para o exercício social corrente continua o plano aprovado em 14 de abril de 2011, mas ainda não temos as definições sobre o programa de 2012.

a. termos e condições gerais

As regras gerais do plano devem ser formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação inicial da Vice Presidência e após revisões do Diretor Presidente e do Comitê.

O plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e principalmente o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b. principais objetivos do plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano é considerado o elo entre os objetivos dos empregados eleitos e da empresa.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da empresa frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais chave para o negócio.

e. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da empresa frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais chave para o negócio.

f. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano de stock options concede aos empregados eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos determinados (carência para compra das ações). O preço pré determinado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões solidas na busca de resultados de curto, médio e longo prazo.

g. número máximo de ações abrangidas

5 programas 2011 a 2015 (opções outorgadas e a outorgar) - 50.689.310 ações, representando 5% do Capital total da Usiminas (desdobramento em 27/9/2010).

h. número máximo de opções a serem outorgadas

Outorga 2011 - 3.965.910 opções, representando 0,3912% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - ainda não temos as definições sobre o programa de 2012.

i. condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das Ações Subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício, nos termos do Contrato de Opção.

j. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração estabelecerá o preço de exercício ("Preço de Exercício") de cada Opção no momento em que a mesma for concedida, o qual será equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

k. critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

l. forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

m. restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao Participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2011

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	4.024	10	-
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	4.006	101.858	8.100

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

A Companhia não adotou nos exercícios sociais de 2009 e 2010, plano de remuneração baseado em ações.

Para o exercício (2011) foi aprovado na Assembléia Geral e Extraordinária, de 14 de abril de 2011, o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia.

Para o exercício social corrente continua o plano aprovado em 14 de abril de 2011, mas ainda não temos as definições sobre o programa de 2012.

Remuneração baseada em ações no exercício social (2011)

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	5	2
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	03/10/2011	03/10/2011
Quantidade de opções outorgadas:	1.361.441	78.268
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .	total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 11,98	R\$ 11,98
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	1.361.441	78.268

(b) Das opções perdidas durante o exercício social :	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social:	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	0	0
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 5,05	R\$ 5.05
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1343% do capital total da Usiminas.	0,0077% do capital total da Usiminas.

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• número de membros	5	2
• em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	1.361.441	78.268
ii. data em que se tornarão exercíveis	03/10/2012, 03/10/2013 e 03/10/2014 (33%/33%/33%)	03/10/2012, 03/10/2013 e 03/10/2014 (33%/33%/33%)
iii. prazo máximo para exercício das opções	02/10/2018	02/10/2018
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
• em relação às opções exercíveis		
i. quantidade	Não aplicável	Não aplicável
ii. prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	Não aplicável
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável

iv. preço médio ponderado de exercício	Não aplicável	Não aplicável
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	Não aplicável
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	Não aplicável

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

A Companhia não adotou nos exercícios sociais de 2009 e 2010 plano de remuneração baseado em ações. Em 2011 não houveram opções exercidas, pois as mesmas ainda estavam sobre período de carência.

Não há definição sobre o programa 2012.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adotou nos exercícios sociais de 2009 e 2010 plano de remuneração baseado em ações.

Para o exercício 2011 foi aprovado na Assembléia Geral e Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Em 2011, foram elegíveis os componentes da Diretoria Estatutária, Diretoria Não-Estatutária, bem como, Gerentes Geral aprovados pelo Conselho.

Seguem abaixo informações necessárias para a compreensão do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia:

- Potenciais beneficiários

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Sempre os potenciais beneficiários de cada outorga deverão ser submetidos à avaliação e aprovação do Conselho de Administração.

- Número máximo de opções a serem outorgadas

No ano de 2011 o número máximo de opções disponibilizadas para outorga foi 3.965.910 para Diretoria Estatutária, Diretoria Não-Estatutária, Conselho de Administração*, bem como, Gerentes Geral aprovados pelo Conselho.

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

- Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número máximo de opções abrangidas pelo plano é 50.689.310 e para o plano inicial (2011) um total previsto de 7.242686 opções para as 5 outorgas (2011 a 2015).

- *Condições de aquisição*

Haverá dois tipos de outorgas:

- 1) Outorga básica, cujo número de opções concedidas será baseado na estratégia de remuneração da Usiminas
- 2) Outorga "bonificada", que será atrelada a um investimento voluntário do executivo em ações da Usiminas, que deverão ser retidas por um prazo de carência

A cada programa, o Conselho de Administração deverá formalmente aprovar os elegíveis e as regras específicas, sempre respeitadas as regras gerais aprovadas pelos acionistas.

- *Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício*

O preço de exercício das opções será baseado na cotação média ponderada da ação da Usiminas (USIM5) em bolsa, no mês anterior à data de outorga.

- *Critérios para fixação do prazo de exercício*

Haverá um prazo de carência (vesting) total de 3 anos para exercício das opções, com possibilidade de antecipação gradual após vencido o primeiro ano.

Regras de cancelamento de opções serão aplicadas conforme situações específicas de desligamento durante o prazo de carência

No caso das opções bonificadas, o executivo deverá manter em sua propriedade as ações compradas com o investimento voluntário, que servirão de base ao "matching" de opções.

- *Forma de liquidação de opções*

O prazo de vigência total das opções será de 7 anos a partir da data de outorga. Após esta data as opções não exercidas perderão sua validade para exercício.

- *Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*

O Conselho de Administração poderá alterar, suspender ou cancelar o Plano, ou qualquer parte dele, a qualquer tempo, desde que em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

- *Os principais objetivos do plano*

São objetivos do Plano: alinhar interesses entre executivos e acionistas, incentivar criação de valor sustentável, atrair e reter talentos e manter a competitividade com as práticas de mercado.

- *A forma como o plano contribui para esses objetivos*

A implementação do plano contribuirá para o reconhecimento adequado da contribuição de cada participante do programa para a realização dos objetivos estratégicos de longo prazo da organização, em conformidade com as melhores práticas de mercado, tornando o executivo parte integrante na busca pelos resultados da empresa, incorporando nestes o sentimento de sócio da empresa.

- *Como o plano se insere na política de remuneração da companhia*

O plano está inserido na Política de remuneração atrelada à criação de valor sustentável à Companhia, com o objetivo de atrair e reter talentos em conformidade com as melhores práticas de mercado.

- *Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo*

O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, passando ao executivo o sentimento de sociedade, na busca pelos resultados da empresa.

- *Estimativa das despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto*

As despesas decorrentes do Plano são estimadas em R\$ 70.978 milhões considerando a previsão de 7.242.686 ações para as 05 outorgas referentes aos exercícios de 2011 a 2015.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Orgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Conselho de Administração	2	USIPREV	1 administrador que reúne as condições para se aposentar	Nenhum dos Administradores	R\$ 1.923.419,56	R\$ 74.963,50	A opção de resgate antecipado ocorre quando o administrador desliga da empresa sem condição de se aposentar, neste caso, é possível resgatar o saldo total de participante e parte do saldo da empresa (de 10 a 80%)
Diretoria Estatutária	5	PB1/USIPREV	1 administrador aposentado do PB1, 1 administrador desligado da empresa e 1 que reúne as condições para se aposentar	Nenhum dos Administradores	R\$ 2.813.894,30	R\$ 274.208,99	A opção de resgate antecipado ocorre quando o administrador desliga da empresa sem condição de se aposentar, neste caso, é possível resgatar o saldo total de participante e parte do saldo da empresa (de 10 a 80%)

* Conselho de Administração: São 2 executivos da companhia

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

	valores nominais sem encargos sociais.								
	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Número de membros	6	7	9	9	9	9	5	4	4
Valor da maior remuneração (reais)	6.000.000,00	3.809.008,38	3.723.952,14	1.461.994,36	934.122,00	459.000,00	127.037,92	117.066,64	93.101,01
Valor da menor remuneração (reais)	660.000,00	166.000,00	650.981,66	216.000,00	53.333,36	153.776,85	90.005,31	32.800,00	93.101,01
Valor médio da remuneração (reais)	1.386.937,71	996.071,23	1.319.182,50	393.999,19	190.913,49	189.984,58	288.726,08	78.044,43	93.101,01

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista não existirem os instrumentos indicados.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	Exercício social encerrado (2011)	Exercício social encerrado (2010)	Exercício social encerrado (2009)
Conselho de Administração	87%	87%	91%
Conselho Fiscal	76%	75%	75%
Diretoria Estatutária	11%	6%	8%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os administradores e membros do conselho fiscal não recebem, nem receberam nos últimos 3 exercícios sociais, remuneração que não em razão da função que ocupam na Companhia.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, por não haver, nem ter havido nos últimos 3 exercícios sociais, pagamentos aos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, pelos nossos controladores, ou controladas e coligadas.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Não Há.